

CASA DA SAGRADA FAMILIA DA GUARDA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 505527340

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		35.560,63	44.419,42
Subsídios, doações e legados à exploração		289.903,30	302.167,80
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		24.774,55	27.400,82
Fornecimentos e serviços externos		81.272,70	78.021,78
Gastos com o pessoal		317.627,39	274.914,19
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		17.112,52	37.055,62
Outros gastos		84.783,81	844,43
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-165.882,00</b>	<b>2.461,62</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		23.974,87	19.988,85
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-189.856,87</b>	<b>-17.527,23</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		5.845,10	11.971,48
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-184.011,77</b>	<b>-5.555,75</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-220,53	-519,64
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-183.791,24</b>	<b>-5.036,11</b>

*Alvaro Rodrigues Ferreira*  
*Maria Encarnação Mendonça Freitas*  
*M. e Manuela Carvalho Soares*  
*forquimbis*

*Renata Gonçalves Vila H. G.*  
 ee 11288

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		69.474,68	70.974,73
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		2.964,97	2.207,22
Investimentos financeiros		1.584,67	1.167,81
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		115.903,14	114.487,50
		189.927,46	188.837,26
<b>Ativo corrente</b>			
Créditos a receber		5.307,44	4.546,58
Estado e outros entes públicos		1.248,28	1.626,26
Caixa e depósitos bancários		898.690,19	1.088.018,30
		905.245,91	1.094.191,14
<b>Total do ativo</b>		1.095.173,37	1.283.028,40
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		75.781,08	75.781,08
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		1.161.392,66	1.166.948,41
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		1.237.173,74	1.242.729,49
Resultado líquido do período		-184.011,77	-5.555,75
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		1.053.161,97	1.237.173,74
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		7.045,40	2.858,74
Estado e outros entes públicos		6.301,17	12.924,76
Outras contas a pagar		28.664,83	30.071,16
		42.011,40	45.854,66
<b>Total do passivo</b>		42.011,40	45.854,66
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		1.095.173,37	1.283.028,40

A Direcção

*Ariza Rodrigues Ferreira*  
*Manoel Encarnação Mendonça Freitas*  
 M<sup>o</sup> Manuel Carvalho Soares  
*João Joaquim*

O responsável

120628554  
*Rui Jorge Gonçalves Vilela T157*  
 11288

11288  
A  
Fey  
M. S. Santos  
MS

**CASA DA SAGRADA FAMILIA DA  
GUARDA**

**ANEXO**

MS

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	5
3.1	Bases de Apresentação .....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	7
5	Ativos Fixos Tangíveis .....	7
6	Ativos Intangíveis .....	10
10	Rédito .....	11
15	Benefícios dos empregados .....	11
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	12
10	Outras Informações .....	12
10.1	Outras contas a receber .....	12
10.2	Caixa e Depósitos Bancários .....	13
10.3	Fundos Patrimoniais .....	13
10.4	Fornecedores .....	13
10.5	Estado e Outros Entes Públicos .....	13
10.6	Outras Contas a Pagar .....	14
10.7	Subsídios, doações e legados à exploração .....	14
10.8	Fornecimentos e serviços externos .....	14
10.9	Outros rendimentos .....	15
10.10	Outros gastos .....	15
10.11	Resultados Financeiros .....	15
10.12	Acontecimentos após data de Balanço .....	16

11288  
M. Freitas  
AF  
11  
2007

---

## 1 Identificação da Entidade

---

A "CASA DA SAGRADA FAMILIA DA GUARDA" é uma instituição sem fins lucrativos, com estatutos publicados no Diário da República n.º 231 de 4 de outubro de 2001, Série III, tendo a sua sede social na RUA SOEIRO VIEGAS N.º7, 6300-758 GUARDA, freguesia e concelho da GUARDA, possuindo o número de pessoa colectiva 505.527.340.

Trata-se de uma IPSS reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, tendo adquirido personalidade jurídica mediante a participação efetuada pela autoridade eclesiástica competente, recebida no Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social da Guarda.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 41/01 a fls. 54 v.º e 55 do livro n.º 6 das Fundações de Solidariedade Social, e considera-se efetuado em 14 de maio de 2001, em conformidade com o disposto no n.º 2, do artigo 7.º do Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro.

No exercício das suas atividades prossegue os seguintes fins:

- Acolher crianças e jovens privados do meio familiar normal;
  - A formação integral da pessoa humana, à luz do Evangelho e dos ensinamentos da Igreja, coadjuvando a família ou mesmo substituindo-a em casos extremos, proporcionando um clima familiar dos seus utentes;
  - Desenvolver todos os esforços e procurar os meios mais adequados para conseguir nos utentes o aperfeiçoamento cultural, profissional, espiritual e moral;
  - A integração social, encaminhando os utentes para uma profissão e proporcionando a constituição de uma família àqueles que para tal se sentirem vocacionados;
  - Prestar formação cristã aos seus utentes, respeitando a liberdade de consciência, não permitindo qualquer atividade que se oponha aos princípios cristãos.
-

14

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No seu Anexo I refere-se que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8528/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

Salienta-se que a adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo foi efetuado a 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 da “Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL”, tendo a CSF preparado o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL, e alterado as Demonstrações Financeiras de 2011, que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela data, de modo a possibilitar a comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

Hoje  
12/08  
M. S. Freitas  
AT  
G. J. J.  
T. C.

---

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela CSF na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

##### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

##### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

---

M7

### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve

117.  
79288  
M. A.  
Fey  
RFE

---

manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da CSF, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

A CSF utilizou na preparação das Demonstrações Financeiras, as bases de mensuração tal como definidas na NCRF-ESNL, nomeadamente no caso específico dos "Ativos Fixos Tangíveis", das "Propriedades de Investimento", dos "Ativos Intangíveis", das "Outras Contas a Receber", da "Caixa e Depósitos Bancários", dos "Fornecedores e Outras Contas a Pagar" e do "Estado e Outros Entes Públicos".

## **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## **5 Ativos Fixos Tangíveis**

### **Outros Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os

---

abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	67.475,93	6.703,95				74.179,88
Equipamento básico	120.272,44	199,34				120.471,78
Equipamento de transporte	79.497,92					79.497,92
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	46.251,19	1.535,14				47.786,33
Outros Ativos fixos tangíveis	7.583,60					7.583,60
<b>Total</b>	<b>321.081,08</b>	<b>8.438,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>329.519,51</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	33.912,55	5.017,78				38.930,33
Equipamento básico	95.359,63	5.113,76				100.473,39
Equipamento de transporte	66.277,92	6.440,00				72.717,92
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	39.321,28	1.740,10				41.061,38
Outros Ativos fixos tangíveis	4.604,56	757,20				5.361,76
<b>Total</b>	<b>239.475,94</b>	<b>19.068,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>258.544,78</b>

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	74.179,88	2.926,69				77.106,57
Equipamento básico	120.471,78	18.861,86				139.333,64
Equipamento de transporte	79.497,92					79.497,92
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	47.786,33					47.786,33
Outros Ativos fixos tangíveis	7.583,60					7.583,60
<b>Total</b>	<b>329.519,51</b>	<b>21.788,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>351.308,06</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	38.930,33	4.989,15				43.919,48
Equipamento básico	100.473,39	9.142,09				109.615,48
Equipamento de transporte	72.717,92	6.780,00				79.497,92
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	41.061,38	1.620,16				42.681,54
Outros Ativos fixos tangíveis	5.361,76	757,20				6.118,96
<b>Total</b>	<b>258.544,78</b>	<b>23.288,60</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>281.833,38</b>

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number 11288 and various initials.

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2016 e 2017, foram os seguintes:

Descrição	2016					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Edifícios e outras construções	114.487,50					114.487,50
<b>Total</b>	<b>114.487,50</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>114.487,50</b>

Descrição	2017					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Edifícios e outras construções	114.487,50	1.415,64				115.903,14
<b>Total</b>	<b>114.487,50</b>	<b>1.415,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>115.903,14</b>

## 6 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Goodwill						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	3.797,43	2.059,02				5.856,45
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
<b>Total</b>	<b>3.797,43</b>	<b>2.059,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.856,45</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	2.729,22	920,01				3.649,23
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>2.729,22</b>	<b>920,01</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.649,23</b>


  
 11/12/16

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Goodwill						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	5.856,45	1.435,02				7.300,47
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
<b>Total</b>	<b>5.856,45</b>	<b>1.435,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.300,47</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	3.649,23	686,27				4.335,50
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
<b>Total</b>	<b>3.649,23</b>	<b>686,27</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.335,50</b>

## 7 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	35.560,63	44.419,42
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	5.845,10	11.971,48
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>41.405,73</b>	<b>56.390,90</b>

## 8 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da CSF em 31/12/2016 era de "22" e em 31/12/2017 foi de "20".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	233.234,33	214.117,21
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	26.863,60	0,00
Encargos sobre as Remunerações	53.056,62	56.010,01
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.317,92	2.228,57
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	2.154,92	2.558,40
<b>Total</b>	<b>317.627,39</b>	<b>274.914,19</b>

## 9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 10.1 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações (Estado e outros entes públicos)	1.248,28	1.626,26
Outros Devedores (Utentes CATL)	5.307,44	4.546,58
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>6.555,72</b>	<b>6.172,84</b>

11288  
 AF  
 11/12/17  
 MS

## 10.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	683,31	1.109,06
Depósitos à ordem	9.535,92	12.821,33
Depósitos a prazo	888.470,96	1.074.087,91
Outros		
<b>Total</b>	<b>898.690,19</b>	<b>1.088.018,30</b>

## 10.3 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	75.781,08	0,00	0,00	75.781,08
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1.166.948,41	0,00	-5.555,75	1.161.392,66
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.242.729,49</b>	<b>0,00</b>	<b>-5.555,75</b>	<b>1.237.173,74</b>

## 10.4 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	7.045,40	2.858,74
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>7.045,40</b>	<b>2.858,74</b>

## 10.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	220,53	519,64
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.027,75	1.106,62
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.248,28</b>	<b>1.626,26</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.299,00	2.137,00
Segurança Social	4.960,54	10.699,40
Outros Impostos e Taxas	41,63	88,36
<b>Total</b>	<b>6.301,17</b>	<b>12.924,76</b>

## 10.6 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		2.011,39
Credores por acréscimo de gastos		28.059,77		28.059,77
Outros credores		605,06		0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>28.664,83</b>	<b>0,00</b>	<b>30.071,16</b>

## 10.7 Subsídios, doações e legados à exploração

A CSF reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	289.903,30	295.386,42
Subsídios de outras entidades	0,00	6.781,38
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>289.903,30</b>	<b>302.167,80</b>

## 10.8 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	12.011,93	7.976,07
Materiais	29.811,06	26.900,63
Energia e fluidos	24.070,66	30.932,51
Deslocações, estadas e transportes	5.834,96	2.725,32
Serviços diversos	9.544,09	9.487,25
<b>Total</b>	<b>81.272,70</b>	<b>78.021,78</b>

*Handwritten notes:*  
17/188  
45.41  
Fruitas  
Fey  
NO

### 10.9 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	820,67
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	17.112,52	36.234,95
<b>Total</b>	<b>17.112,52</b>	<b>37.055,62</b>

### 10.10 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	538,82	387,90
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	83.947,29	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	297,70	456,53
<b>Total</b>	<b>84.783,81</b>	<b>844,43</b>

### 10.11 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	5.845,10	11.971,48
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.845,10</b>	<b>11.971,48</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>5.845,10</b>	<b>11.971,48</b>

### 10.12 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção da CSF em 20 de Abril de 2018.

GUARDA, 20 de abril de 2018

O Contabilista Certificado

Rui Jorge Gonçalves Vilela

A Direção

Alcega Rodrigues Ferreira  
Juizsaquim Firg  
Maria Encarnação Mendonça Brites  
Marta Manuela Carvalheiro Soares

ACTA NÚMERO 144 55

Aos vinte dias do mês de Abril de dois mil e dezoito, pelas dezanove horas, reuniu a Direcção da Casa da Sagrada Família da Guarda, sita na Rua Soeiro Viegas nº7, sob a presidência da Irmã Alzira Rodrigues Ferreira, não esteve presente o Sr Manuel Domingos Pires Monteiro Ramos, da Direcção. Após invocação ao Espírito Santo, foi dada a palavra ao Contabilista da Instituição, para apresentar as contas de gerência da Casa da Sagrada Família da Guarda para análise e aprovação. -----

O Técnico apresentou os respectivos documentos de prestação de contas e discutiram-se os seguintes factos: -----

- A obtenção no exercício de 2017 de um resultado líquido negativo de -184.011,77 Euros, subsequente ao resultado líquido, também negativo, apurado para 2016 de -5.555,75 Euros;-----
- Os acréscimos tidos nas rubricas de gastos “Gastos com o Pessoal” e “Outros Gastos”, conjugado com a redução significativa apresentada pelas rubricas de rendimentos “Subsídios”, e “Vendas e Serviços Prestados”, que por si só justificam a quase totalidade do decréscimo dos resultados apurados no exercício; -----
- A pioria obtida nos dados de exploração relativos ao exercício anterior de 2016, ao nível do resultado líquido patente nas demonstrações financeiras, perfeitamente justificado e explicitado, apesar de importante e representar um alerta para os responsáveis da instituição, não reflecte um comprometimento da sustentabilidade económica e financeira futura da instituição para o futuro, dada a singularidade dos valores que para ele contribuíram;-----
- A aderência dos valores apurados face aos valores orçamentados, indiciador da qualidade e do rigor do sistema de gestão implementados pela Direcção da instituição; -----

Após efectuada a análise das contas pela Assembleia, e depois de se ouvir o parecer do Conselho Fiscal foram postas à votação. Foram aprovadas por unanimidade as contas relativas ao exercício de 2017 da Casa da Sagrada Família da Guarda.-----

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, a reunião terminou pelas vinte e uma horas dela se lavrou a presente acta que vai ser assinada por todos os presentes. -----

Abilio Rodrigues Ferreira

Maria Encarnação M. Freitas

M<sup>o</sup> Manuel Carvalho Soares

João Joaquim Rey

-----

ACTA NÚMERO 28 – Conselho Fiscal

Aos vinte dias do mês de Abril de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas, reuniu o Conselho fiscal da Casa da Sagrada Família da Guarda, sita na Rua Soeiro Viegas nº7, sob a presidência de Donzília Natário Vicente Presidente do Conselho fiscal, com o objetivo de análise das contas. Não esteve presente o sr António José Alves Pereira. -----

Após invocação ao Espírito Santo, a presidente do Conselho fiscal deu a palavra ao Contabilista da Instituição, para apresentar contas de gerência da Casa da Sagrada Família da Guarda.-----

No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal procedeu à análise da actividade da Casa da Sagrada Família da Guarda ao longo do exercício de 2017. Esta teve por base as informações pontuais da Direcção quanto às suas decisões e à execução do Plano de Actividades e do Orçamento aprovados para o exercício. -----

Perante as contas que nos foram apresentadas para o exercício económico de 2017, foi-nos possível formar uma opinião sobre a evolução registada no ano, salientando-se os seguintes aspectos:-----

- O Balanço em 31/12/2017 evidencia um valor total de 1.095.173,37 Euros, um fundo de capital de 1.237.173,74 Euros e um resultado líquido do exercício de -184.011,77 Euros.
- As variações negativas do Passivo de -3.843,26 Euros e do Fundo de Capital de -184.011,77 Euros foram acompanhadas igualmente, pela variação negativa do Activo em -187.855,03 Euros.
- Para a obtenção do resultado líquido apurado no exercício contribuíram decisivamente os decréscimos nas rubricas de Rendimentos “Outros rendimentos” de -19.943,10 Euros, “Subsídios” de -12.264,50 Euros, “Vendas e Serviços Prestados” de -8.858,79 Euros, e “Juros e Rendimentos Similares Obtidos” de -6.126,38 Euros, conjugados com os acréscimos tidos nas rubricas de Gastos, “Outros Gastos” de +83.939,38 Euros,

“Gastos com o Pessoal” de +42.713,20 Euros, e “Amortizações” de +3.267,43 Euros.-----

Constatámos também a inexistências de dívidas da Casa da Sagrada Família da Guarda à Autoridade Tributária e à Segurança Social e, de quaisquer empréstimos em dívida à Banca.-----

Assim, é nossa convicção que as demonstrações financeiras relativas ao ano de 2017 traduzem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Casa da Sagrada Família e os resultados das suas operações.

Concluindo, o Conselho Fiscal, no cumprimento das suas atribuições estatutárias e tendo por base o que acaba de expor é de parecer que sejam aprovadas as contas da Casa da Sagrada Família da Guarda do exercício de 2017.-----

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, a reunião terminou pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos e dela se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos presentes.-----

Dorília Natário Vicente

Ilaria Cândida Faria Carneiro Galvão